
Empresa Construtora Brasil S.A.

***Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Empresa Construtora Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Insuficiência de provisão para perda de recebíveis

Conforme descrito na Nota 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta contas a receber de clientes no valor de R\$ 177.125 mil (R\$ 235.360 mil em 31 de dezembro de 2020), sendo que o montante de R\$ 19.915 mil (R\$ 19.915 mil em 31 de dezembro de 2020), está vencido há longa data. Embora haja evidências de *impairment* desde exercícios anteriores, a Companhia não reconheceu provisão para perdas ao valor recuperável para os valores em questão. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de R\$ 19.915 mil (R\$ 19.915 mil em 31 de dezembro de 2020).

Recuperabilidade de impostos diferidos ativos

Conforme descrito na Nota 17 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta registrado no ativo não circulante, na rubrica de impostos de renda e contribuição social diferidos, saldos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, líquidas, totalizando R\$ 43.139 mil (R\$ 42.497 mil em 31 de dezembro de 2020). Para fins de determinação do saldo de impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia elaborou projeções de lucros tributáveis futuros bem como divulgou os seus correspondentes prazos de realização. Entretanto, a Companhia não apresenta histórico recente consistente de lucros tributáveis assim como não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para nos satisfazer quanto as informações que compõem as estimativas de projeção de lucros tributáveis futuros. Nestas circunstâncias, presentemente, a Companhia não reúne os requisitos para o



Empresa Construtora Brasil S.A.

registro do imposto diferido ativo conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Consequentemente, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a maior em R\$ 43.139 mil (R\$ 42.497 mil em 31 de dezembro de 2020) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 esta apresentado a maior em R\$ 642 mil (R\$ 42.497 mil em 31 de dezembro de 2020).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" a Companhia não reconheceu provisão para perdas de recebíveis com indicativos de impairment e reconheceu ativo fiscal diferido indevidamente. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Empresa Construtora Brasil S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Empresa Construtora Brasil S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Excas as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer de Auditoria Externa.

Durante o ano de 2021, o combate à pandemia do Covid-19 continuou a estar no foco das entidades governamentais, no entanto, observou-se a retomada gradual das atividades e dos diversos setores da economia. O mesmo já se fez notar no Produto Interno Bruto Brasileiro, que cresceu 4.5% em 2021 e com previsão para um crescimento acima dos 4% para 2022. No nosso setor os clientes adaptaram as suas formas de trabalhar, para cumprir com as diretrizes de saúde pública contra a propagação do Covid-19, e os quais em grande parte assumiram os custos adicionais da nossa operação com essas alterações.

A taxa de inflação em 2021, que cresceu 10.06%, foi o principal fator econômico negativo em 2021. O aumento do preço dos combustíveis (pela desvalorização do Real face ao USD), da energia e dos alimentos (derivados à seca que se fez sentir) foram os principais itens que fizeram subir a taxa de inflação. Já o Índice Nacional dos Custos de Construção (INCC) teve um aumento de 14%. Os programas do governo para combate aos efeitos da pandemia e a postura acomodativa do Banco Central do Brasil, que aumentaram o dinheiro disponível na economia, podem também ter sido fatores que contribuíram para o disparar da inflação.

Diante deste cenário, a fim de combater à inflação, o Banco Central do Brasil aumentou a taxa de referência Selic dos 2%, do início do ano, para 9.25% no final do ano. Já em fevereiro de 2022 fez um novo aumento para 10.75%. Como efeito positivo, do aumento da taxa de referência, o Real fortaleceu em relação ao EUR e ao USD. Desde dezembro de 2021 o ganho foi de 10% e 8% respetivamente, devido principalmente ao fluxo de entrada de capitais estrangeiros no país.

No setor da construção pesada continuaram os adiamentos de projetos voltados para a concessão rodoviária, ocasionados principalmente pela inflação, fator que alterou o racional econômico face ao valor definido das tarifas. Notou-se também uma maior concorrência nos principais setores de atuação da empresa e uma redução de preços a níveis que, em nossa opinião, não são sustentáveis no longo prazo. Novos concorrentes e com pouca expertise no mercado, parecem ter sido os principais fatores para essa baixa de preços.

Ao nível da atividade produtiva da empresa, as obras de Oil & Gas continuaram a aumentar a sua representatividade no volume de negócios, o equivalente a 50%. A empresa encontra-se em uma posição consolidada no setor da montagem industrial e no descomissionamento de plataformas. O setor da mineração representou 46% do volume de negócios e continua a ser uma forte aposta comercial, não somente com o nosso principal cliente, a Vale, mas também em outras mineradoras de referência no país. No setor rodoviário estivemos em fase de conclusão de alguns trabalhos nas obras do DNIT, BR-381-MG e BR-101-BA. Ainda, em outubro de 2021, a ECB assinou um contrato de aproximadamente 910 milhões de reais (em que participa em 90%) com a Petrobras para a prestação de serviços de limpeza de almoxarifados marítimos.

Apesar do volume de negócios ter apresentado uma redução de 15%, comparativamente ao exercício de 2020, a rentabilidade da operação recuperou significativamente e permitiu a empresa voltar aos resultados positivos. Em decorrência dos resultados apresentados, a margem da EBITDA ajustada foi de 10.8%, posteriormente impactada negativamente por um fato não recorrente, a perda na venda da participação financeira na Geres no valor de 7.7 milhões. Como fator positivo destaca-se a negociação da rescisão contratual com a CR Almeida, o que culminou no recebimento de uma indenização de 35 milhões de reais.

A recuperação da rentabilidade permitiu uma redução de dívida financeira e a dos fornecedores em 47%, o que levou o balanço da empresa para uma posição financeira com maior estabilidade e que nos permite vislumbrar o exercício de 2022 com grande otimismo. O passivo inclui cerca de 82 milhões de aportes financeiros de sócios, para os quais não há planos de serem devolvidos até que a situação financeira esteja totalmente estabilizada.

Durante o exercício de 2021 foi delineado e aprovado pela administração o planejamento estratégico para os anos de 2022-2026, com a definição dos setores alvo e projeções de crescimento agressivas, mas que estão ao alcance da capacidade de execução da empresa e de reconhecimento técnico do mercado.

Para o exercício de 2022, já no primeiro semestre, existe um pipeline de propostas com boa probabilidade de adjudicação no montante de 2.6 bilhões, distribuídos pelos setores de Oil & Gas, Mineração, Ferroviário e Rodoviário.

Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

A Administração

Empresa Construtora Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.770	22.575
Contas a receber de clientes	5	177.125	235.360
Estoques	6	4.363	6.339
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.252	8.151
Partes relacionadas	8	85.505	72.445
Outros ativos		<u>17.466</u>	<u>7.707</u>
Total do ativo circulante		<u>293.481</u>	<u>352.577</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	16	5.933	5.920
Partes relacionadas	8	-	11.087
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	<u>43.139</u>	<u>42.497</u>
		<u>49.072</u>	<u>59.504</u>
Propriedade para investimento	9	5.241	5.241
Ativos de direito de uso	10	2.984	3.544
Imobilizado	11	45.175	57.087
Intangível	11	<u>335</u>	<u>616</u>
Total do ativo não circulante		<u>102.807</u>	<u>125.992</u>
Total do ativo		<u><u>396.288</u></u>	<u><u>478.569</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro (Continuação)

Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	12	25.742	65.973
Empréstimos e financiamentos	13	78.850	83.882
Passivos de arrendamento	10	1.769	2.351
Adiantamento de clientes		5.341	3.388
Impostos correntes a pagar	14	26.368	29.387
Salários e encargos sociais	15	18.913	24.430
Partes relacionadas	8	16.446	13.233
Dividendos a pagar	8	2.013	2.013
Total do passivo circulante		<u>175.442</u>	<u>224.657</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	29.618	69.088
Partes relacionadas	8	82.649	75.686
Passivos de arrendamento	10	4.269	5.977
Provisões	16	10.192	9.945
Total do passivo não circulante		<u>126.728</u>	<u>160.696</u>
Total do passivo		<u>302.170</u>	<u>385.353</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		118.711	118.711
Ajuste de avaliação patrimonial		6.990	7.656
Prejuízos acumulados		(31.583)	(33.151)
Total do patrimônio líquido		<u>94.118</u>	<u>93.216</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>396.288</u></u>	<u><u>478.569</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida dos serviços	20	502.345	597.539
Custos dos serviços prestados	21	(465.920)	(622.747)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>36.425</u>	<u>(25.208)</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(30.593)	(27.375)
Despesas com provisões	22	(1.561)	678
Receita (despesa) de indenizações	23	35.498	2.470
Perda na alienação de investimentos	24	(7.568)	-
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>1.618</u>	<u>(9.783)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>33.819</u>	<u>(59.218)</u>
Receitas financeiras	25	1.370	5.726
Despesas financeiras	25	(31.239)	(43.859)
Resultados financeiros, líquidos		<u>(29.869)</u>	<u>(38.133)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.950</u>	<u>(97.351)</u>
Impostos renda e contribuição social correntes	17	(4.247)	(7.883)
Impostos renda e contribuição social diferidos	17	<u>1.199</u>	<u>43.292</u>
		<u>(3.048)</u>	<u>35.409</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>902</u>	<u>(61.942)</u>
Lucro (prejuízo) por ação (básico e diluído) – Em R\$	18 (f)	0,01	(0,50)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>902</u>	<u>(61.942)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>902</u></u>	<u><u>(61.942)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18	118.711	8.535	4.751	23.152	-	155.149
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(61.942)	(61.942)
Outras movimentações de patrimônio líquido		-	-	-	-	9	9
Destinação do prejuízo do exercício							
Absorção de prejuízos com reservas legal e de retenção		-	-	(4.751)	(23.152)	27.903	-
Realização do custo atribuído, líquido de IR/CSLL diferidos		-	(879)	-	-	879	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18	118.711	7.656	-	-	(33.151)	93.216
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	902	902
Realização do custo atribuído, líquido de IR/CSLL diferidos		-	(666)	-	-	666	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		118.711	6.990	-	-	(31.583)	94.118

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		902	(61.942)
Ajustes para conciliar o resultado:			
Depreciação e amortização	11	12.496	22.977
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	22	1.330	(136)
Provisão para contingências	22	981	167
Provisões liquidadas de reversões	22	(734)	(709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(1.199)	(43.292)
Variação cambial	25	(788)	7.141
Valor residual baixado, líquido	11	699	3.269
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos		13.538	14.801
Juros provisionados sobre arrendamentos		977	1.061
Baixa com término de arrendamentos	10	-	(3.214)
Perda na alienação de investimentos	24	7.568	-
Outros		-	363
		<u>35.770</u>	<u>(59.514)</u>
Aumento (redução) dos ativos operacionais		56.905	19.869
Contas a receber	5		
Partes relacionadas	8	2.845	2.984
Estoques	6	1.976	13.995
Outros ativos		<u>(10.670)</u>	<u>13.391</u>
		<u>51.056</u>	<u>50.239</u>
Redução (aumento) dos passivos operacionais			
Fornecedores	12	(39.444)	(63.127)
Adiantamento de clientes		1.953	(1.574)
Outros passivos		<u>(8.537)</u>	<u>4.573</u>
		<u>(46.028)</u>	<u>(60.128)</u>
Juros pagos			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	(13.623)	(10.895)
Juros sobre arrendamentos	10	(1.024)	(1.035)
Caixa líquido gerado nas (aplicado pelas) atividades operacionais		<u>26.151</u>	<u>(81.333)</u>
Fluxo de caixa das Atividades de investimentos			
Recebimento de investidas		10.112	93.420
Pagamentos a investidas		(6.423)	(43.044)
Recebimento pela alienação de investimentos	24	16.063	-
Recebimento na alienação do ativo imobilizado		4.356	3.602
Aquisição de imobilizado e intangível	11	(442)	(412)
Caixa líquido gerado nas (aplicado pelas) atividades investimentos		<u>23.666</u>	<u>53.566</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimentos de partes relacionadas		249.666	221.600
Pagamentos a partes relacionadas		(271.628)	(176.662)
Captação de empréstimos e financiamentos	13	46.096	109.257
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(90.513)	(164.901)
Pagamentos de arrendamentos	10	(2.243)	(4.145)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de financiamentos		<u>(68.622)</u>	<u>(14.851)</u>
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(18.805)</u>	<u>(42.618)</u>
No início do exercício		22.575	65.193
No final do exercício		<u>3.770</u>	<u>22.575</u>
Redução (aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>(18.805)</u>	<u>(42.618)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Empresa Construtora Brasil S.A (“Companhia” ou “ECB”) tem como objeto social a execução de obras de engenharia, atuando na construção de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de mineração, e na construção civil, industrial e eletromecânica em todo o território nacional. Desde 2018, atua também no segmento de óleo e gás, através da manutenção de plataformas petrolíferas, tanto *onshore* como *offshore*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 31 de março de 2022.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

Em 25 de outubro de 2021, foi celebrado o contrato de prestação de serviços no total de R\$ 971.807, entre a Petrobrás e o Consórcio ECB-SEA Alsub, em que a ECB atua como líder, com participação de 90%, juntamente com a consorciada SEA Brasil Serviços Submarinos Ltda, representante do restante da participação, equivalente a 10%. O objeto do Consórcio consiste no recolhimento, processamento, destinação final e alienação das linhas flexíveis e dos sistemas de ancoragem das áreas dos “Almoxarifados Submarinos” da Bacia de Campos, referente a licitação 7003353534. O início das atividades e o maior volume de transações relativos ao Consórcio, estão previstos para o final de 2022, com um prazo estimado de duração de cinco anos.

1.2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Apesar da discreta retomada da economia no final de 2020, devido, principalmente, ao aumento no preço do dólar e dos insumos utilizados pela ECB, somado ao período de paralisação das obras como medida de segurança, a Companhia precisou realizar uma revisão dos custos orçados para o exercício, uma vez que ficaram onerados pelos eventos extraordinários. Entretanto, de uma forma geral, os efeitos da pandemia não causaram impactos relevantes em suas demonstrações.

A Companhia continua monitorando os reflexos da pandemia e, em 2021, especialmente nos meses de março e abril, voltamos a perceber novamente os efeitos da pandemia com uma nova onda, decorrente do surgimento de novas variantes e a reincidência de casos, mas sem a necessidade de paralisações temporárias das atividades operacionais. Portanto, destaca-se que a ECB continua a operar em volume suficiente para gerar os fluxos de caixa necessários para se manter em continuidade.

A vacinação em massa já é uma realidade e tão logo a situação seja normalizada, há uma expectativa de que o volume de atividades seja aumentado com a continuidade das obras em um ritmo mais acelerado, e aquisições de novos contratos. Diante desta expectativa, a Companhia prevê fluxos de caixa futuros em montantes suficientes para garantir a recuperabilidade de seus ativos não financeiros e realização de seus créditos tributários.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.4 Uso de estimativa

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível: Este cálculo é realizado de forma linear, de acordo com a vida útil de cada ativo. A Administração entende que tal estimativa reflete substancialmente a vida econômica dos bens. A vida útil é revisada anualmente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que essas estimativas são realizadas.

(ii) Avaliação dos instrumentos financeiros: A Companhia revisa, periodicamente, a sua estrutura de capital, considerando os custos de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. A administração confia que as técnicas de avaliação e premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(iii) Valor justo das propriedades para investimento: A propriedade para investimento é mensurada inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo custos da transação. Após reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo. O valor justo é determinado com

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

base na abordagem de comparação com o mercado que reflete preços de transações recentes em propriedades similares na região.

(iv) Provisão para contingências: As provisões, incluindo as provisões para riscos cíveis e trabalhistas, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(v) Provisão para garantia: A Companhia adota a estimativa quanto as expectativas de gastos durante o exercício de garantia de obras inerentes a prestação dos serviços. A garantia é um instituto que resguarda o contratante contra os riscos que se manifestam após a conclusão do contrato de prestação de serviço. A porcentagem definida é com base na informação histórica operacional da Companhia, pela prática adotada no mercado para o tipo de obra e ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

(vi) Orçamento contratual: Os orçamentos de custos para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia, qualificados desde a elaboração do projeto, até sua execução total, com revisões constantes de eventos diversos que podem afetar diretamente o empreendimento. Os orçamentos são revisados no mínimo anualmente, e refletem a melhor estimativa da Companhia com relação aos custos necessários a serem incorridos com a execução da obra.

(vii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos da Companhia.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por contas bancárias disponíveis e por aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

3.2.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

3.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem.

3.2.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.2.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3 Passivos financeiros

3.3.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3.2 Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.3.3 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo é realizado, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). O valor líquido realizável corresponde ao preço de compra dos estoques. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras referem-se a estoques mantidos nas obras para aplicação posterior.

3.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação do custo atribuído (*deemed cost*), deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo. O custo histórico também inclui os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A adoção do Custo Atribuído (*deemed cost*) foi baseada na resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e na resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base, laudo de empresa especializada independente, que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como o valor residual.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou ainda, por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

3.6. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter rendas ou para valorização do capital, ou para ambas. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens, para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital, são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento, são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de alguma perda do seu valor recuperável (*impairment*) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica.

O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem no total devido na data do relatório.

Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, são constituídos na medida que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de imposto de renda diferido é revisada no final de cada período de relatório.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

3.9. Receitas de contratos de construção

Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos ao longo do tempo com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na medição do trabalho executado.

A receita proveniente dos contratos de construção é contabilizada proporcionalmente as medições realizadas, sendo apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

3.10. Consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, uma vez que a Companhia detém direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, de acordo com a sua participação.

3.11. Sociedade em conta de participação

Os contratos para execução de obras através de SCP's, têm as operações integralmente contabilizadas nas contas de balanço patrimonial e da demonstração do resultado. O direito ou a obrigação de cada sócio oculto na SCP, são reconhecidas no balanço patrimonial em conta de ativo (obrigação do sócio oculto) ou em conta do passivo (direito do sócio oculto), uma vez que a Companhia detém direitos e obrigações para com os sócios ocultos na medida da participação dos mesmos.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12. Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à empenho. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

As provisões para o custo esperado com a garantia do serviço prestado é um instituto de resguardar o contratante contra os riscos que se manifestam após a conclusão da obra.

A porcentagem específica deverá ser definida de acordo com a informação histórica operacional da Companhia (custos incorridos no passado relativos a períodos de garantia), ou deverá ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. As provisões realizadas refletem a melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidarem as obrigações da Companhia.

3.13. Arrendamentos

A Companhia aluga prédios comerciais para sua área administrativa, alojamentos para alocação do pessoal de obra, equipamentos e veículos. Em geral, os contratos são realizados por períodos fixos de até doze meses.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os contratos que transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, como por exemplo, situações em que exista previsão de opção de compra, na qual o preço de aquisição determinado ou o valor residual seja inferior ao valor de mercado, são reconhecidos como arrendamento financeiro pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor, sendo registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 (Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16.

Em 11 de fevereiro de 2021, foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referente às alterações em questão, através da Resolução CVM nº 18.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reforma trata das mudanças na base para determinar os fluxos de caixas contratuais de ativos e passivos financeiros e de arrendamento ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa.

A companhia realizou análise das alterações propostas e não foram identificados impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.15. Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das demonstrações contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 “Divulgação de políticas contábeis”: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

• Alteração ao IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	1.886	10.189
Aplicações financeiras	<u>1.884</u>	<u>12.386</u>
	<u>3.770</u>	<u>22.575</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e foram remuneradas à taxa que varia entre 93% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão compostas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber de clientes	6.363	33.211
Medições de serviços a faturar	<u>192.358</u>	<u>301.071</u>
	198.721	334.282
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(21.596)</u>	<u>(98.922)</u>
	<u>177.125</u>	<u>235.360</u>
Circulante	177.125	235.360
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>177.125</u>	<u>235.360</u>
Faturados		
A vencer	2.172	1.817
Vencidos até 360 dias	588	4.034
Vencidos há mais de 360 dias	3.603	27.360
Medições de serviços a faturar		
A vencer	154.450	209.594
Vencidos há mais de 360 dias	<u>37.908</u>	<u>91.477</u>
	<u>198.721</u>	<u>334.282</u>

Os valores vencidos há mais de 360 dias correspondem substancialmente a R\$ 37.908 de diversas obras (valores estes ainda não faturados), e R\$ 3.603 relativos a faturas emitidas e em atraso.

Em 31 de dezembro de 2021, contas a receber de clientes (faturados e medições de serviços a faturar) no valor de R\$ 19.915 (31 de dezembro de 2020 R\$ 19.915) encontram-se vencidas, mas não impaired.

A Companhia constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de parte das contas a receber vencidas há mais de dois anos e na análise da situação financeira atual de cada devedor, determinados em experiências passadas de inadimplência e com base nos valores irrecuperáveis estimados.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	98.922	99.058
Perda valor recuperável sobre os recebíveis (i)	1.335	16
Valores recuperados durante o exercício	(5)	(152)
Valores baixados durante o exercício (ii)	<u>(78.656)</u>	<u>-</u>
	<u>21.596</u>	<u>98.922</u>

- (i) A Companhia reconheceu para o exercício de 2021 o montante de R\$ 1.335 (R\$ 16 em 2020) de perda ao valor recuperável sobre os recebíveis.
- (ii) Os valores baixados durante o exercício não tiveram impactos sobre o resultado, pois referem-se ao distrato do contrato das SCP's MEBR-Brasil-VLT Cuiabá_01_02, constituídas em 2013, em que a ECB atuava como sócia ostensiva e a MEBR como sócia participante. De acordo com as cláusulas do contrato firmado na ocasião, dentre outras razões, o principal motivo de sua dissolução, consiste na rescisão do Contrato de Prestação de Serviços nº 018/019/2012-CVLT. Com a rescisão contratual, os saldos relativos às SCP's foram baixados contra a provisão.

6 Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Matérias primas para aplicações em obras	<u>4.363</u>	<u>6.339</u>
	<u>4.363</u>	<u>6.339</u>

A Companhia realiza mensalmente o levantamento de todos os materiais e insumos não aplicados em suas obras. Em 31 de dezembro de 2021 os saldos em estoque mais representativos e não aplicados ao serviço prestado referem-se a vergalhões das obras da duplicação da BR 381.

7 Impostos e contribuições a recuperar

O Imposto e contribuição a recuperar, em 31 de dezembro de 2021 são conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda e Contribuição social (i)	4.939	8.116
Pis/Cofins	88	11
INSS e ISS	<u>225</u>	<u>24</u>
	<u>5.252</u>	<u>8.151</u>

- (i) A Companhia possui valores a compensar relativos às retenções de imposto de renda e contribuição social nas notas fiscais emitidas a órgãos públicos.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2021, estão compostas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Consórcio Mota-Engil Conic (iii)	1.150	1.151
Consórcio ECB-LCD-REDUC (iii)	879	-
SCP Tracevia/ECB (i)	1.493	1.942
SCP BR 101 (i)	21.480	15.907
Geres (ii)	86	86
Tracevia S.A (ii)	4.016	4.782
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 232 (i)	14.812	16.031
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 234 (i)	37.881	25.339
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil SCP 241 (i)	3.287	699
Mota-Engil México	-	3.306
Tracevia México (iv)	-	13.859
Outras partes relacionadas	421	430
	<u>85.505</u>	<u>83.532</u>
Circulante	85.505	72.445
Não circulante	-	11.087
	<u>85.505</u>	<u>83.532</u>

- (i) Transações operacionais com SCPs nas quais a Companhia figura como sócia participante;
- (ii) Transações de conta corrente com partes relacionadas;
- (iii) Transações operacionais com Consórcios nas quais a Companhia figura como consorciada (Nota 3.10);
- (iv) A baixa no saldo refere-se ao contrato de distrato celebrado pela venda da Geres (Nota 24).

Os contratos que originaram as transações com partes relacionadas não possuem previsão para incidência de juros, não sendo este o objetivo da Companhia, em que os prazos de pagamentos estão previstos para ocorrerem até 360 dias.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a pagar de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2021, estão compostas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Dividendos a pagar</u>		
Bonsucesso Participações Ltda.	1.009	1.009
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A.	<u>1.004</u>	<u>1.004</u>
	<u>2.013</u>	<u>2.013</u>
<u>Partes relacionadas</u>		
Suma Brasil	-	12.384
Mota-Engil Construções- sucursal Brasil	15.974	583
Bonsucesso Participações Ltda. (i)	9.110	4.224
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A. (i)	73.539	71.461
Outras partes relacionadas	<u>472</u>	<u>267</u>
	<u>99.095</u>	<u>88.919</u>
Circulante	16.446	13.233
Não circulante (ii)	<u>82.649</u>	<u>75.686</u>
	<u>99.095</u>	<u>88.919</u>

(i) Transações de conta corrente com partes relacionadas.

(ii) Os saldos registrados no longo prazo referem-se substancialmente aos valores com a sócias Bonsucesso e a MEBR, em que não há previsão de pagamentos até uma total estabilização da situação financeira.

Os contratos que originaram as transações de conta corrente com parte relacionada não possuem incidência de juros. Os referidos contratos foram pactuados em reais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui receitas com aluguel de partes relacionadas.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receita com aluguel</u>		
Mota-Engil Mexico	<u>-</u>	<u>3.306</u>
	<u>-</u>	<u>3.306</u>

A Companhia possui participação apenas em consórcios e SCP's. A Administração entende que o ativo entre partes relacionadas será realizado no curso normal dos empreendimentos e que não possui informações sobre qualquer tipo de risco quanto à qualidade do crédito com os sócios ostensivos, motivo pelo qual não há provisão para perdas em 31 de dezembro de 2021.

Sociedade em Conta de Participação

Os contratos para execução de obras através das Sociedades em conta de Participações (SCP's), nas quais a Companhia é sócia participante, são constituídas em conformidade com a legislação brasileira e

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

têm as operações contabilizadas em contas específicas e tributadas separadamente, conforme determina a legislação fiscal do imposto de renda.

Remuneração paga aos diretores da Companhia

A remuneração paga aos diretores da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 4.591 (R\$ 3.497 em 31 de dezembro de 2020).

9 Propriedade para Investimento

Abaixo é demonstrada a composição do saldo de R\$ 5.241 referente a propriedade para investimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo de aquisição	2.044	2.044
Custos de construção incorridos para propriedades para investimento em construção	1.875	1.875
Ajuste ao valor justo	<u>1.322</u>	<u>1.322</u>
	<u>5.241</u>	<u>5.241</u>

O valor justo da propriedade para investimento relativa a terreno no município de Sabará, Minas Gerais, foi calculado com base em uma avaliação feita por avaliadores independentes. O valor justo foi determinado com base na abordagem de comparação de mercado, que reflete o preço das transações recentes para propriedades similares na região.

Para o exercício de 2021 foi realizado o laudo de avaliação do valor justo do terreno por empresa especializada e o valor se manteve com relação ao saldo reconhecido no exercício de 2020.

10 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

Ativos de direito de uso	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bens imóveis (i)	<u>2.984</u>	<u>3.544</u>
	<u>2.984</u>	<u>3.544</u>
Passivos de arrendamento	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arrendamentos sobre direito de uso (i)	3.760	4.099
Arrendamentos com opção e intenção de compra (ii)	<u>2.278</u>	<u>4.229</u>
	<u>6.038</u>	<u>8.328</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Circulante	1.769	2.351
Não circulante	<u>4.269</u>	<u>5.977</u>
	<u>6.038</u>	<u>8.328</u>

- (i) A ECB aluga um prédio comercial para sua área administrativa, com prazo contratual de 10 anos, a vencer em 2027. Os pagamentos são mensais, passivos de reajustes anuais definidos contratualmente.
- (ii) A Companhia possui contratos de arrendamento (*leasing*) financeiro, referentes à compra de veículos de uso administrativo e operacional. Os contratos possuem prazo médio de duração que varia de 48 a 60 meses e cláusula de opção de compra ao término de cada contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor custo dos ativos imobilizados adquiridos por meio de *leasing*, é de R\$ 16.248 (R\$ 16.248 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos sobre direito de uso:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso		
Bens imóveis	560	559
Máquinas e equipamentos	-	224
Veículos	<u>-</u>	<u>4.610</u>
	<u>560</u>	<u>5.393</u>
Despesas com juros sobre os passivos de arrendamentos sobre direito de uso	693	676

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Divulgações adicionais

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimentos. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Vencimento das prestações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Menos de 1 ano	1.153	863
Entre 1 e 2 anos	1.168	893
Entre 2 e 6 anos	4.199	4.155
Total dos valores não descontados	<u>6.520</u>	<u>5.911</u>
Desconto a valor presente	<u>(2.760)</u>	<u>(1.812)</u>
Saldo dos passivos de arrendamento sobre direito de uso	<u>3.760</u>	<u>4.099</u>

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	3.544	8.937
Despesa de depreciação	<u>(560)</u>	<u>(5.393)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.984</u>	<u>3.544</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	8.328	15.661
Juros provisionados	977	1.061
Juros pagos	(1.024)	(1.035)
Pagamentos	(2.243)	(4.145)
Baixas com término de contratos	-	(3.214)
Saldo em 31 de dezembro	<u>6.038</u>	<u>8.328</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Passivos de arrendamento sobre direito de uso

Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.099
Juros provisionados	693
Juros pagos	(693)
Pagamentos	(339)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	<u>3.760</u>
Circulante	360
Não circulante	3.400
	<u>3.760</u>

(b) Passivos de arrendamentos com opção e intenção de compra

Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.229
Juros provisionados	284
Juros pagos	(331)
Pagamentos	(1.904)
Saldo dos passivos de arrendamento com opção de compra em 31 de dezembro de 2021	<u>2.278</u>
Circulante	1.409
Não circulante	869
	<u>2.278</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado e intangível

	Anual %	2021			2020		
		Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Saldo líquido
Terrenos		11.011	-	11.011	11.011	-	11.011
Bens imóveis	4%	3.973	(1.089)	2.884	3.973	(847)	3.126
Máquinas e equipamentos diversos	20% e 25%	86.656	(66.694)	19.962	95.967	(67.229)	28.738
Veículos	20%	32.003	(21.018)	10.985	34.399	(20.641)	13.758
Móveis e utensílios	10%	1.235	(902)	333	1.205	(751)	454
Imobilizado		134.878	(89.703)	45.175	146.555	(89.468)	57.087
Software	20%	2.746	(2.411)	335	2.746	(2.130)	616
Intangível		2.746	(2.411)	335	2.746	(2.130)	616
		137.624	(92.114)	45.510	149.301	(91.598)	57.703

A movimentação do imobilizado e intangível pode ser assim demonstrada:

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação/ amortização	Transferências	Saldo
	2020					2021
Terrenos	11.011	-	-	-	-	11.011
Bens imóveis	3.126	-	-	(242)	-	2.884
Máquinas e equipamentos diversos	28.738	398	(579)	(8.595)	-	19.962
Veículos	13.758	14	(120)	(2.667)	-	10.985
Móveis e Utensílios	454	30	-	(151)	-	333
Imobilizado	57.087	442	(699)	(11.655)	-	45.175
Software	616	-	-	(281)	-	335
Intangível	616	-	-	(281)	-	335
	57.703	442	(699)	(11.936)	-	45.510

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apurou e registrou em 2014 o custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, com a contratação da Empresa especializada para elaboração do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo por objeto desta avaliação, a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

A avaliação foi realizada através da contratação de Empresa especializada para elaboração do laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo por objeto desta avaliação, a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

O laudo avaliou os valores dos ativos em R\$ 42.616, que comparados com os valores residuais contábeis nas datas, gerou Ajuste de Avaliação Patrimonial (“AAP”) de R\$35.837. O AAP foi registrado diretamente em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido, com a dedução do valor do IRPJ e CSLL diferidos, no montante de R\$ 12.185. No ano de 2021 a Companhia apresenta um montante de R\$ 10.240 de ativo imobilizado depreciable objeto da reavaliação supramencionada.

12 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores nacionais	16.506	55.631
Fornecedores estrangeiros	<u>9.236</u>	<u>10.342</u>
	<u>25.742</u>	<u>65.973</u>

13 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia e os empréstimos para capital de giro, vencíveis a longo prazo, são os seguintes:

	<u>Taxas a.a %</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital de Giro			
Banco BCG	3,8% + CDI	8.495	18.698
Banco Bradesco	5,54%	6.184	6.435
Banco BTG Pactual	4,20% + CDI	-	11.386
Banco Caterpillar	130% do CDI	-	597
Banco CCB	3,78% + CDI	3.090	5.014
Banco Daycoval	12,60%	4.400	5.032
Banco do Brasil	3,15% + CDI	21.266	44.963
Banco Industrial	5,76% + SELIC	-	1.650
Banco Itaú	11,09%	3.925	7.742
Banco Luso	7,44% + CDI	20.130	20.134
Banco Mercantil	28,17%	-	597
Banco Pine	7,44% + CDI	6.247	1.221
Caixa Econômica Federal	3,66% + CDI	1.609	3.178
Fundo de investimento Safra	31,2% + CDI	<u>16.930</u>	-
		<u>92.276</u>	<u>126.647</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações Finame			
CAT Financial	4,10% + TJLP	855	2.743
Banco do Brasil	6,0%	10.176	14.516
Banco Bradesco	4,1% + URTJLP	644	1.222
Banco Mercedes Benz	4,6 + TJLP	295	794
Banco Volkswagen	10,80%	2.141	2.889
		<u>14.111</u>	<u>22.164</u>
Operações CDC			
Banco Komatsu	12,01%	2.001	3.448
Banco Volvo	11,88%	80	267
Banco Santander	10,68%	-	433
		<u>2.081</u>	<u>4.148</u>
Outras Operações			
Banco Bradesco	17,31%	-	11
		<u>-</u>	<u>11</u>
		<u>108.468</u>	<u>152.970</u>
Circulante		78.850	83.882
Não Circulante		29.618	69.088
		<u>108.468</u>	<u>152.970</u>

A movimentação de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	152.970	204.708
Captações ou liberações	46.096	109.257
Amortização – Juros	(13.623)	(10.895)
Amortização – Principal	(90.513)	(164.901)
Provisão de juros	13.538	14.801
Saldo final	<u>108.468</u>	<u>152.970</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cronograma de vencimentos:

Ano	2021	2020
2021	-	83.882
2022	78.850	48.304
2023	23.828	16.691
2024	5.716	4.029
2025	74	64
	<u>108.468</u>	<u>152.970</u>

Garantias

Como garantia às obrigações assumidas nos contratos de financiamentos de ativo fixo, a totalidade dos equipamentos adquiridos é dada em alienação fiduciária em favor do agente financeiro. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de custo destes equipamentos era de R\$ 55.598 (R\$ 56.826 em 31 de dezembro de 2020).

14 Impostos correntes a pagar

	2021	2020
IRPJ e CSLL	7.153	2.740
Pis e Cofins	8.529	11.515
ISS	8.719	13.461
Outros	1.967	1.671
	<u>26.368</u>	<u>29.387</u>

15 Salários e encargos sociais

	2021	2020
Salários e ordenados	1.407	3.642
Encargos sociais	8.781	10.398
Provisão de férias e 13º salário	3.404	5.954
Contribuições	3.764	3.771
Outros	1.557	665
	<u>18.913</u>	<u>24.430</u>

16 Provisões

	2021	2020
Provisões para riscos (a)	1.617	636
Provisão para gastos durante o período garantia de obra (b)	8.385	8.341
Provisão para multa de FGTS (c)	190	968
	<u>10.192</u>	<u>9.945</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisões para riscos

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis.

A administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base em indicações dos advogados, externos e internos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para riscos. A provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas. O saldo registrado de provisão para riscos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.617, conforme movimentação abaixo:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	632	4	636
Adições	658	386	1.044
Reversões	(63)	-	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.227</u>	<u>390</u>	<u>1.617</u>

A ECB contesta judicialmente algumas questões relativas aos processos cíveis e trabalhistas e mantém depósitos judiciais vinculados aos processos, cuja movimentação em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	5.920	5.371
Depósitos (i)	63	700
Baixas	(50)	(151)
Saldo final	<u>5.933</u>	<u>5.920</u>

(i) Conta bancária judicial ou bloqueio de saldos bancários, para garantias de eventuais execuções em juízo; e, depósitos em conta judicial em substituição de contas a pagar que estão em discussão judicial.

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionadas principalmente, ao pagamento de horas *in itinere*, horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade e equiparação salarial. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada nas opiniões dos assessores internos e externos jurídicos e no histórico de desfechos dessas demandas.

Cíveis

A Companhia é parte em processos relacionados a danos morais e materiais. A Administração realiza as provisões cíveis baseadas nas opiniões dos assessores internos e externos jurídicos.

Passivos Contingentes

A Administração é parte de outros processos cíveis e trabalhistas aos quais com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, internos e externos, não constitui provisão para riscos, por entenderem que os riscos de perda são possíveis. Em 31 de dezembro de 2021, os processos trabalhistas e cíveis cuja

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

probabilidade de perda é considerada possível totalizam em R\$ 18.342 (R\$ 16.171 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Provisão para gastos durante o período garantia de obra

A Companhia adota a estimativa quanto as expectativas de gastos durante o período de garantia de obras inerentes a prestação dos serviços. A garantia é um instituto que resguarda o contratante contra os riscos que se manifestam após a conclusão do contrato de prestação de serviço.

A porcentagem definida é com base na informação histórica operacional da Companhia, pela prática adotada no mercado para o tipo de obra e ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

As provisões realizadas refletem a melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidarem as obrigações da Companhia e a sua movimentação está demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	8.341	8.412
Adições	1.327	4.446
Baixas - Prescrição	<u>(1.283)</u>	<u>(4.517)</u>
Saldo final	<u>8.385</u>	<u>8.341</u>

(c) Provisão para multa de FGTS

A Companhia realiza mensalmente a provisão do custo a incorrer da multa dos 40% do FGTS depositado, conforme provisão em Lei.

Este cálculo é realizado sobre o FGTS depositado para os funcionários admitidos em obras que terão os seus contratos de trabalho encerrados após a conclusão dos serviços contratados.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor desta provisão totaliza R\$ 190 (R\$ 968 em 31 de dezembro de 2020).

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos impostos diferidos é a seguinte:

	IR/CS	
	2021	2020
Impostos diferidos passivos		
Sobre lucros com órgãos governamentais	(9.385)	(9.385)
Custo atribuído	(3.484)	(3.827)
Lucro diferido sobre obras	-	(1.313)
Valor justo p/ propriedade de investimento	(449)	(449)
Depreciação vida útil e fiscal	(5.030)	(5.264)
	<u>(18.348)</u>	<u>(20.238)</u>
Impostos diferidos ativos		
Provisão para contingências	544	216
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	5.602	5.150
Variação cambial	948	990
Prejuízos fiscais (i)	47.673	49.551
Provisão para garantias	2.652	2.836
Plano verão	3.803	3.803
Arrendamentos	265	189
	<u>61.487</u>	<u>62.735</u>
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	<u>43.139</u>	<u>42.497</u>

- (i) A Companhia realizou o registro do imposto diferido ativo, proveniente de créditos fiscais sobre prejuízos fiscais, porque entende que os referidos créditos serão compensados futuramente com débitos decorrentes de lucros tributáveis futuros. A Companhia possui um planejamento tributário que prevê a utilização destes créditos, assim como também possui projeções de resultados que contemplam lucros fiscais futuros, fatores que proporcionam expectativa de recuperabilidade do imposto diferido ativo em sua totalidade. Abaixo encontra-se demonstrado por ano a expectativa de recuperação do imposto diferido sobre prejuízo fiscal.

Expectativa de realização do imposto diferido sobre prejuízo fiscal por ano:

	R\$ mil
2023	1.245
2024	7.732
2025	6.362
2026	7.042
A partir de 2027	<u>29.095</u>
	<u>51.476</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	IR/CS	
	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.950	(97.351)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(1.343)	33.099
Adições (exclusões) tributadas	(1.705)	2.310
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(3.048)	35.409
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(4.247)	(7.883)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	1.199	43.292

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totaliza R\$ 118.711 (R\$ 118.711 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscrito e integralizado, representado por 124.342.618 ações nominativas, indivisíveis e sem valor nominal.

A Composição do capital social pelo percentual de participação está apresentada abaixo:

	% de participação
Bonsucesso Participações Ltda.	50,9992%
MEBR Construções, Consultoria e Participações S.A.	49,9998%

(b) Dividendos e reservas de lucros

Aos acionistas é garantido dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	902	(61.942)
Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	(902)	-
Lucro líquido ajustado - Base para os dividendos	-	(61.942)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	-

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo registrado refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*deemed cost*) dos itens do ativo imobilizado contabilizados em 2014 e deduzido da provisão de imposto de renda diferido. À medida que os bens objeto de atribuição de novo valor são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para a conta de lucros e prejuízos acumulados.

(d) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, (Nota 17 (b)).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	902	(61.942)
Quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>124.343</u>	<u>124.343</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,01</u>	<u>(0,50)</u>

19 Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em suas obras e consórcios que possuem participação, é considerado, principalmente, o agrupamento de riscos, o valor de reposição dos ativos e as particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Companhia realiza a contratação, a identificação e a manutenção das garantias dos nossos negócios, assessorada por corretoras de renome internacional.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes montantes de seguros e garantias contratados.

Itens	Importância segurada
Riscos de engenharia	3.991.826
Responsabilidade civil	20.000
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	718.411
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	<u>340.649</u>
	<u>5.070.886</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
20 Receita líquida		
Receita de serviços	550.612	652.303
Receitas de locação	343	(4.503)
Receita de vendas	-	63
Receita bruta	<u>550.955</u>	<u>647.863</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(48.610)	(50.324)
Receita líquida	<u>502.345</u>	<u>597.539</u>
21 Custos e despesas por natureza		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	277.614	304.794
Despesas de depreciação e amortização	12.496	22.977
Despesas com folhas de pagamento	127.643	167.126
Despesas com aluguéis e estrutura (i)	22.758	59.847
Despesas manutenção e contratação de serviços	37.074	76.989
Despesas de viagens	8.516	4.520
Impostos, taxas e encargos	75	75
Despesas com energia elétrica	527	1.146
Outros	9.810	12.648
	<u>496.513</u>	<u>650.122</u>
Custos de vendas e dos serviços prestados	465.920	622.747
Despesas gerais e administrativas	30.593	27.375
	<u>496.513</u>	<u>650.122</u>
(i) Saldos em questão se referem substancialmente a locações de máquinas e equipamentos pesados para as obras desempenhadas pela Companhia, devido ao prazo de locação e execução das obras, os respectivos contratos foram analisados, mas não foram escopo da adoção do IFRS 16 (Nota 10)		
22 Despesas com provisões		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Multa FGTS (i)	(778)	(453)
Provisão para contingência	965	167
Perdas estimadas em de crédito de liquidação duvidosa	1.330	(136)
Provisão para garantias	44	(71)
Provisão para contrato oneroso	-	(185)
	<u>1.561</u>	<u>(678)</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Houve uma redução na quantidade de colaboradores utilizados como base de cálculo desta estimativa, culminando em uma reversão parcial da provisão para multa de FGTS.

23 Receita (Despesa) de indenizações

A Companhia registrou no exercício de 2021, uma receita de indenização no valor de R\$ 35.498 (R\$ 2.470 no exercício de 2020).

Do total reconhecido, R\$ 35.000 refere-se à indenização decorrente da rescisão contratual da prestação de serviços nº 018/019/2012-CVLT, VLT Cuiabá_01_02, pela Ré CR ALMEIDA (Autos nº 0010193-92.2019.8.16.0194).

O restante, equivalente a R\$ 498, advém de sinistro ocorrido por deslizamento de taludes, localizados na BR 381.

24 Perda na alienação de investimentos

Em 2018, a ECB vendeu, transferiu, cedeu e entregou à Tracevia México S.A., a integralidade de sua participação societária na Geres Participações S.A., representadas por 12.187.105 (doze milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e cinco) ações ordinárias, nominativas, indivisíveis e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 13.859. A transação de venda previa o pagamento em cinco parcelas anuais da Tracevia México a ECB.

Diante do não recebimento da venda, de acordo com cláusula em contrato, a ECB, no dia 1º de setembro de 2021, voltou a ser titular das ações, representativas de 57,15% do capital da Geres Participações S.A e dos créditos sobre a Sociedade em resultado de Adiantamentos por Conta de Aumentos de Capital Futuros (AFAC), no valor de R\$ 9.772.

Em 16 de novembro de 2021, a ECB manifestou o interesse em alienar a integralidade da sua participação societária na Geres. Nessa data, a vendedora, ECB, vendeu, transferiu, cedeu e entregou a Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. as ações. O preço de aquisição foi fixado no montante de R\$ 16.063, originando uma perda não recorrente à Companhia de R\$ 7.568.

25 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Juros de aplicação financeira	135	1.115
Variação cambial	788	1
Descontos obtidos	81	17
Swap	-	3.096
Outros	366	1.497
Receita financeira	<u>1.370</u>	<u>5.726</u>

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Swap	-	177
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.917)	(15.522)
Juros sobre arrendamentos	(977)	(1.061)
Variação cambial	-	(7.142)
Descontos concedidos	(2.723)	(1.804)
Despesas bancárias	(768)	(2.160)
Juros e multa	(7.395)	(12.055)
Outros	(6.459)	(4.292)
Despesa financeira	<u>(31.239)</u>	<u>(43.859)</u>
Resultados financeiros, líquidos	<u>(29.869)</u>	<u>(38.133)</u>

26 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade das suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento da Companhia.

(a) Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	108.468	152.970
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(3.770)	(22.575)
Dívida líquida	<u>104.698</u>	<u>130.395</u>
Total do patrimônio líquido	<u>94.118</u>	<u>93.216</u>
Total do capital	<u>198.816</u>	<u>223.611</u>
Índice de alavancagem financeira	52,66%	58,31%

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Instrumentos financeiros por categoria:

	2021		2020	
	FVTPL	Custo amortizado	FVTPL	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.770	-	22.575
Contas a receber de clientes	-	177.125	-	235.360
Partes relacionadas	-	85.505	-	83.532
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
	-	266.400	-	341.467
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	108.468	-	152.970
Passivos de arrendamento	-	6.038	-	8.328
Fornecedores	-	25.742	-	65.973
Partes relacionadas	-	99.095	-	88.919
	-	239.343	-	316.190

(c) Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros, pois obtêm empréstimos com taxas de juros prefixadas e aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI.

A composição dos ativos e passivos indexados por taxas de juros pré-fixados e por CDI estão demonstrados nas Notas 4 (aplicações financeiras) e 13 (empréstimos e financiamentos).

A Administração da Companhia monitora estas transações para minimizar eventuais impactos decorrentes da flutuação das taxas.

(d) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a Companhia está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxa de câmbio, principalmente do euro.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

No que se refere ao gerenciamento de risco cambial, a Companhia busca identificá-lo e tratá-lo de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O gerenciamento de risco é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da diretoria executiva. A estratégia de gerenciamento de risco cambial envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial das obrigações da Companhia, que de acordo com sua Política de Risco, busca proteger toda a sua posição cambial.

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume a exposição cambial em euro:

	2021		2020	
	Moeda Estrangeira (EUR)	Reais	Moeda Estrangeira (EUR)	Reais
Passivo				
Contas a pagar	1.462	9.236	1.622	10.342
Exposição cambial líquida	1.462	9.236	1.622	10.342

A Companhia utiliza como taxa de conversão do euro a cotação Ptax do último dia útil do ano civil, sendo em 31 de dezembro de 2021 a taxa de 6,3210 (6,3779 em 31 de dezembro de 2020.)

(e) Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na análise as taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2021					
		Cenário Atual %	Cenário Base %	Cenário I - 50%	Cenário II -25%	Cenário III + 25%	Cenário IV + 50%
CDI	Aumento (redução) da cotação CDI	4,32%	5,52%	2,76%	4,14%	6,90%	8,28%
TJLP	Aumento (redução) da cotação TJLP	4,80%	5,05%	2,52%	3,79%	6,31%	7,57%

. Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do período de 31 de dezembro de 2021.

. Cenário Base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 01 de março de 2022, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

. Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50%

Empresa Construtora Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento ativo fixo	TJLP	1.794	1.885	1.839	1.862	1.907	1.930
Capital de giro	CDI	77.767	82.061	79.914	80.987	83.134	84.208
		<u>79.561</u>	<u>83.946</u>	<u>81.753</u>	<u>82.849</u>	<u>85.041</u>	<u>86.138</u>
	Efeito de ganho(perda)		<u>(4.385)</u>	<u>2.193</u>	<u>1.097</u>	<u>(1.095)</u>	<u>(2.192)</u>
Aplicações financeiras							
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Operações compromissadas	CDI	1.884	1.988	1.936	1.962	2.014	2.040
		<u>1.884</u>	<u>1.988</u>	<u>1.936</u>	<u>1.962</u>	<u>2.014</u>	<u>2.040</u>
	Efeito de ganho(perda)		<u>104</u>	<u>(52)</u>	<u>(26)</u>	<u>26</u>	<u>52</u>
	Efeito de ganho(perda) líquido		<u>(4.281)</u>	<u>2.141</u>	<u>1.071</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(2.140)</u>

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A

Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha
Presidente do Conselho de Administração

. Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Vice-Presidente do Conselho de Administração

. Miller Soares Rufino Pereira
. João Pedro dos Santos Dinis Parreira
. José Lúcio Rezende Filho

A DIRETORIA - EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.

. Miller Soares Rufino Pereira,
Diretor Presidente
. Rui Alexandre Dias Caetano
Diretor Financeiro
. Gilberto Tavares dos Santos
Diretor Técnico
. Rui Pedro Pinheiro de Almeida Dias Simões
Diretor Operacional
. João Andrade Rezende
Diretor Comercial

Contador responsável:
Thaís Nery de Assunção - CRC MG 111.456/O